

Decisão do CO vincula incorporação da Famema e da Famerp à garantia definitiva de verbas e à consolidação da expansão

Com a presença de 60 de seus 75 conselheiros, o Conselho Universitário da Unesp tomou uma decisão importante em sua reunião de 23/3/2006, convocada para debater a encampação das Faculdades de Medicina de Marília (Famema) e de Rio Preto (Famerp). Por unanimidade, eles rejeitaram as pressões do governo Alckmin, que tenta impor a encampação de acordo com as necessidades do calendário eleitoral.

A Adunesp e o Sintunesp apresentaram aos conselheiros um boletim intitulado **“Não à incorporação, neste momento, da Famema e Famerp pela Unesp”**, que havia sido distribuído em toda a Universidade. O material alertava para o grave risco de se aprovar a encampação sem a devida garantia de verbas definitivas, tanto para este processo quanto para a consolidação da expansão de vagas já executada. A maioria das congregações e das reuniões realizadas para discutir o assunto havia apontado neste sentido.

A reunião do CO deliberou que caberá ao reitor Marcos Macari, com o assessoramento de uma comissão especial (veja ao lado), negociar com o governo os termos da incorporação. A negociação deve considerar, também, os recursos necessários para a consolidação da expansão já realizada na Unesp, que ainda depende de repasses extras e desvinculados do percentual fixo do ICMS. A expansão na Unesp, que começou em 2002, durante a gestão Trindade, redundou na criação de sete novas unidades e 39 novos cursos, correspondendo a 1.825 novas vagas.

Manobra de última hora

No dia 22 de março, véspera da reunião do CO, a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico encaminhou novas propostas de minuta, uma para cada universidade. Na minuta à Unesp, o governo do estado compromete-se a “inserir, adicionalmente, nas Leis

Orçamentárias Anuais (LO’s), o valor em reais que corresponde ao orçamento atual da Famema e da Famerp, com os acréscimos necessários à compatibilização com o padrão da Unesp, equivalente a 0,2097% a mais na quota do ICMS atualmente garantida às universidades estaduais em nome de sua autonomia.” Para a incorporação da Faenquil, pela USP, a minuta prevê 0,07% a mais na quota do ICMS. Para a Unicamp (visando a criação do campus de Limeira), o percentual é de 0,05%. O total de acréscimo, com isso (somando USP, Unesp e Unicamp), seria de 0,3297%. Com exceção do índice da Unicamp, nada disso está consolidado, ou seja, dependeria da vontade política do governo de plantão, a cada ano, de repassar os valores.

A manobra se aprofunda quando vemos que as propostas de minuta tratam a expansão na Unicamp e as incorporações na USP e na Unesp num índice único. E como fica a expansão já



Manifestação em maio do ano passado: professores, funcionários e alunos da Unidade de Rosana denunciam a falta de recursos, que coloca a expansão em xeque

realizada na USP (Zona Leste) e na Unesp (novas unidades e novos cursos)? A verba para esta expansão não aparece em lugar algum.

Nesse ponto, é importante lembrar um estudo feito pelo Cruesp, no ano passado, em que os reitores apontavam a necessidade de aumentar o percentual do ICMS dos atuais

9,57% para 9,92% (acrécimo de 0,35%) somente para consolidar a expansão já realizada. Portanto, se somarmos esse valor aos 0,3297% que o governo propõe agora – para a encampação da Famema, Famerp e Faenquil, bem como para a criação do campus de Limeira pela Unicamp –, seria necessário subir a quota do ICMS para 10,2497%. Em outras palavras, somente daria para negociar as novas incorporações se o governo consolidasse na quota do ICMS um percentual de, no mínimo, 10,2497%.

Também é importante lembrar que o Fórum das Seis vem propondo na Assembléia Legislativa de SP, todos os anos, que o percentual do ICMS necessário à manutenção da qualidade nas universidades estaduais paulistas deve ser de 11,6% do ICMS.

O que está em jogo

Um ponto ainda não esclarecido nas negociações será o destino do hospital universitário ligado à Famema (uma vez que o da Famerp é desvinculado). Embora o percentual proposto pela comissão do CO que estudou a Famema e a Famerp (0,2059% do ICMS) não preveja o hospital, o mesmo não ocorre com a minuta proposta pelo governo, na qual esse ponto é obscuro.

A Adunesp e o Sintunesp, como legítimos representantes dos docentes e servidores técnico-administrativos da Universidade, entendem que a instituição vive um momento histórico importante. A decisão dos conselheiros do CO expressa sensibilidade às preocupações da comunidade acadêmica e deve ser saudada por isso. Agora, é preciso que as negociações sejam conduzidas de maneira firme, de forma a garantir o financiamento e a consolidação definitiva da expansão já realizada e o percentual necessário à encampação da Famema e da Famerp. Sem garantia definitiva de verbas, estaremos caindo em novo conto do vigário.

Proposta de Assis balizou decisão do CO

Reunida em 14 de março, a congregação da FCL, campus de Assis, aprovou um conjunto de deliberações que acabaram balizando a decisão do CO no dia 23 de março. Abaixo, confira o trecho que apresenta as propostas. Vale ressaltar que o único ponto não aprovado pelo CO diz respeito ao poder que teria a comissão de negociar com o governo do estado. Os conselheiros do CO preferiram conferir a tarefa da negociação ao reitor, com a assessoria da comissão.

“A Congregação da FCL/Unesp-Assis resolve indicar ao Conselho Universitário que, frente à proposta da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia para a incorporação da Famerp e da Famema, manifeste a seguinte posição:

- Não negociar as incorporações em separado do processo de expansão do ensino público paulista;
- Que reafirme a necessidade de que se discuta qualquer incorporação dentro da perspectiva da expansão do ensino público e gratuito no estado de São Paulo;
- Que se considere, diante dos dados técnicos, a necessidade dos recursos para a expansão como um todo, garantindo que (os recursos) sejam assegurados na Constituição do Estado;
- Que se estabeleça um processo de discussão transparente envolvendo as universidades públicas paulistas, a Assembléia Legislativa de SP e o governo estadual;
- Que a Unesp seja representada neste processo por uma comissão designada pelo CO;
- Que este processo não seja pautado pelo calendário eleitoral.”

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR

Início dos trabalhos do PGSST traz boas perspectivas

O Programa Geral de Saúde e Segurança do Trabalhador (PGSST) da Unesp, criado por meio da Portaria nº 413, de 13/9/2001, já está desenvolvendo uma série de atividades. O Conselho Gestor do Programa conta com representantes da Adunesp (o professor Nelson Silva Filho, de Assis) e do Sintunesp.

“Além de cumprir o que manda a legislação trabalhista, a criação de um programa como esse em nossa Universidade vem atender a uma antiga reivindicação dos trabalhadores”, enfatiza o representante da Adunesp. Ele ressalta que os benefícios serão grandes para a comunidade, citando como exemplo o estabelecimento de critérios para a concessão da insalubridade.

O programa passou por diversas tentativas de implantar alguns modelos para sua execução e, agora, de posse de um plano de trabalho e de um cronograma, pretende deslançar o trabalho.

PPRA começa em Araraquara

Em entrevista ao **Adunesp Informa**, o médico Ary G. Galasso, coordenador geral do PGSST, mostra-se bastante otimista com o início dos trabalhos. Ele considera que a política preventcionista deve fazer parte do conjunto de políticas da Universidade, pois trata de algo indispensável ao pleno êxito das demais atividades – a segurança e a saúde dos seus trabalhadores, e deve ser considerada como parte integrante do desempenho organizacional e tão importante quanto a produção científica. “Ao adotar uma política para as atividades de saúde e segurança no trabalho, a Universidade passa a dispor de instrumento de inestimável valor que deve ser definidor das linhas de conduta a serem obedecidas, com vistas às metas que se deseja alcançar nesse campo”, frisa.

Galasso informa que várias iniciativas já estão em andamento, como é o caso da definição de um

corpo de peritos da Universidade (até então, as perícias eram feitas em órgão do estado). Os exames passam a ser feitos dentro da estrutura das Unamos.

Também já foi feita a revisão dos mapas de risco nas unidades, o que servirá de base para a implantação do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) nas unidades. O PPRA já está sendo implantado em Araraquara (a escolha do campus deve-se a uma ação movida pela Adunesp em 2001, que questionava as condições de trabalho locais) e, no prazo de seis meses, estará consoli-

dado em toda a Universidade.

Após a implantação do PPRA, terão início os exames periódicos em toda a população da Unesp, de acordo com os riscos apontados, também dentro da estrutura da Unamos.

Página na Internet

O PGSST já dispõe de uma página na Internet (www.unesp.br/prad/pgsst/objetivos.php), ainda em construção. Em breve, ela trará todos os detalhes sobre os trabalhos que vêm sendo realizados, projetos e outros.

Perfil da Unesp

Em sua reunião do dia 08/02/2006, o Conselho Gestor do PGSST aprovou o “Plano de Ação” para a implantação do programa, com seus objetivos e cronogramas de trabalho.

O documento traça um perfil da Unesp, lembrando que a instituição está presente em 23 municípios, oferecendo cursos em 33 faculdades e institutos, sete unidades complementares, três colégios técnicos, num total de 61 carreiras. Utilizam esta estrutura 34.346 alunos de graduação, 9.621 em pós-graduação, com 102 programas para mestrado e 88 para doutorado. A Universidade possui, ainda, um Hospital de Clínicas com 450 leitos, três hospitais veterinários, cinco fazendas, 1.900 laboratórios. Ocupa 59.573.866,86 m² de área total, com 562.449,03 m² de área construída. São 3.329 professores e 6.982 funcionários técnico-administrativos.

“Trata-se de uma população bastante heterogênea, que apresenta grandes diferenças culturais, habitando lugares com história, clima e até hábitos alimentares diferentes, que trabalha em expressiva diversidade de funções

Entre os diversos objetivos do PGSST estão:

- Estudo da morbidade na comunidade universitária, identificando danos/doenças relacionados ou não com o trabalho;
- Definição de intervenções na área da saúde;
- Proposição de políticas de prevenção no âmbito da Unesp;
- Implantação do Sistema de Perícias Médicas da Unesp;
- Implantação dos programas específicos de saúde e segurança no trabalho (entre eles, a atualização ou elaboração dos mapas de risco de todos os setores);
- Implantação de programa de revitalização das Cipas;
- Adequação das atividades e revitalização das Unamos;
- Estabelecimento de parâmetros para benefício por insalubridade;
- Criação de comissão para implantar e manter um Programa de Proteção do Meio Ambiente.